

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANTÔNIO JOAQUIM PEREIRA NETO

Representações da política imperial no jornal Gazeta da Bahia de 1879

Delmiro Gouveia
2025

ANTÔNIO JOAQUIM PEREIRA NETO

Representações da política imperial no jornal Gazeta da Bahia de 1879

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Sheyla Farias Silva.

Delmiro Gouveia

2025

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade – CRB4-1251

P436r Pereira Neto, Antônio Joaquim.

Representações da política imperial no jornal Gazeta da Bahia de 1879 /
Antônio Joaquim Pereira Neto. – 2025.
34 f.

Orientadora: Sheyla Farias Silva.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: Licenciatura)
– Universidade Federal de Alagoas, Unidade Delmiro Gouveia, Campus
Sertão, Delmiro Gouveia, 2025.

Bibliografia: f. 33-34.

1. Brasil – História – Império, 1822-1889. 2. Gazeta da Bahia (Jornal).
3. Política. 4. Jornais - Publicação. I. Título.

CDU: 94(81)“1822-1889”

Folha de Aprovação

ANTÔNIO JOAQUIM PEREIRA NETO

Representações da política imperial no jornal Gazeta da Bahia de 1879

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 20 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **SHEYLA FARIAS SILVA**
Data: 21/04/2025 10:46:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora – Dra. Sheyla Farias Silva (UFAL)

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **GIAN CARLO DE MELO SILVA**
Data: 09/04/2025 13:26:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador Interno – Dr. Gian Carlo de Melo Silva (UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL DE OLIVEIRA CRUZ**
Data: 21/03/2025 16:29:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador Externo – Me. Rafael de Oliveira Cruz (SEDUC/BA)

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às 19h (dezenove horas), sob a Presidência da Professora Sheyla Farias Silva, em sessão virtual realizada por meio do Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **“REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA IMPERIAL NO JORNAL GAZETA DA BAHIA DE 1879”** do discente Antônio Joaquim Pereira Neto, sob matrícula 18210777, requisito obrigatório para conclusão do Curso de História – Licenciatura, assim constituída: Profa. Dra. Sheyla Farias Silva (orientadora); Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva e o Prof. Me. Rafael de Oliveira Cruz. Iniciados os trabalhos, foi dado a cada examinador um período máximo de 30 (trinta) minutos para arguir o candidato. Terminada a defesa do trabalho, procedeu-se o julgamento final. Apuradas as notas, o candidato foi considerado APROVADO com média geral 7,0 (sete). Na oportunidade, o candidato foi notificado do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, para entregar a Coordenação do Curso, devidamente protocolada, a versão definitiva do trabalho defendido (em meio digital) com as correções sugeridas pela Banca. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ATA, que depois de lida foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Delmiro Gouveia/AL, 20 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente



SHEYLA FARIAS SILVA
Data: 21/04/2025 10:46:30-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Sheyla Farias Silva
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente



GIAN CARLO DE MELO SILVA
Data: 09/04/2025 13:26:22-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva
(Examinador Interno)

Documento assinado digitalmente



RAFAEL DE OLIVEIRA CRUZ
Data: 21/03/2025 16:29:04-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Rafael de Oliveira Cruz
(Examinador Externo)

A minha mãe Maria Perpétua Coqueiro
Pereira, a quem devo toda a minha trajetória na
academia e na vida.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof. Dra. Sheyla Farias Silva, com quem pude aprender História e todas as questões abordadas nesta pesquisa.

Ao curso de História da UFAL, pelas condições de trabalho fornecidas para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao professor Dr. Gian Carlo de Melo Silva.

Ao professor Me. Rafael de Oliveira Cruz

Ao Professor Dr. Pedro Abelardo.

Aos professores da UFAL

Aos funcionários da UFAL, que realizam o trabalho cotidiano de manter a nossa universidade em pleno funcionamento.

A minha Mãe Maria Perpétua Coqueiro Pereira (*in memorian*), que dedicou toda uma vida para que eu pudesse alcançar meus objetivos profissionais. Ninguém no mundo acreditou tanto no meu potencial quanto essa mulher extraordinária: o maior amor de minha vida.

Aos meus filhos Luís Eduardo Rocha Pereira e Victor Hugo Rocha Pereira, as duas principais razões da minha nova luta pela vida.

A minha namorada Roberta Pinheiro de Souza, que me forneceu uma luz no momento que eu mais precisava.

Aos meus colegas (a) da UFAL, em especial a Flávia Gomes de Souza Guimarães, com quem compartilhei os melhores e os piores momentos deste processo.

Epígrafe

“Há muitos anos, em 1868, quando Lulu Sênior andava ainda no colégio, e, se fazia gazetas, não as vendia e menos ainda as publicava, nesse ano, e no mês de dezembro, fui uma vez na assembleia provincial do Rio de Janeiro, vulgarmente salinha. Orava então o deputado Magalhães Castro. Nesse discurso, essencialmente político e teórico, o digno representante ia dizendo o que era e o que não era, o que queria e o que não queria. Ao pé dele, ou defronte, não me lembro bem, ficava o deputado Monteiro da Luz, conservador, e o deputado Herédia, liberal, que ouviam e comentavam as palavras do orador. Eles o aprovavam em tudo; e, no fim, quando o Sr. Magalhães Castro, recapitulando o que dissera, perguntou com o ar próprio de um homem que sabe e define o que quer, eis o diálogo final (consta nos jornais do tempo):

O Sr. Magalhães Castro: - Agora pergunto: quem tem estes desejos o que é? O que pode ser?

O Sr. Monteiro da Luz: - É conservador.

O Sr. Herédia: - É liberal.

O Sr. Monteiro da Luz: - Estou satisfeito.

O Sr. Herédia: - Estou também satisfeito.

Portanto, basta que eu exponha as teorias para que ambos os partidos votem em mim, uma vez que evite dizer se sou conservador ou liberal. O nome é que divide” (ASSIS, 2006, p. 114).

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise das representações políticas do Império impressas no jornal *Gazeta da Bahia*, órgão do Partido Conservador. A fim de compor um painel das disputas pelo poder travadas pela elite baiana em fins da década de 70 do século XIX, ele investiga as beligerâncias retóricas consolidadas pela facção conservadora em torno de questões sociais que foram debatidas nesse jornal, as quais se relacionavam ao problema da centralização e descentralização do poder administrativo, ao papel dos partidos políticos vigentes neste contexto, às ideias de liberdade social e política, à modernidade brasileira. Para tanto, a metodologia adotada seguiu um plano de investigação de cinquenta edições impressas em 1879, do número 5 ao número 34, e as edições publicadas no mês de setembro, do número 200 ao número 220. Embora tenha havido mais de duzentas publicações deste jornal no período destacado, a delimitação deste *corpus* foi marcada pela influência dos limites impostos pela natureza do gênero escolhido para exposição dos resultados desta pesquisa, tornando-se possível a sua ampliação e o aprimoramento sistemático do seu conteúdo numa abordagem futura.

Palavras-chave: *Gazeta da Bahia*; política; representações; império; Brasil.

ABSTRACT

This paper analyzes the Empire's political representations in the newspaper *Gazeta da Bahia*, the official publication of the Conservative Party. In order to compose a panel of the power struggles undertaken by the Baiana elite in the late 70s, in the 19th Century, it investigates the rhetorical belligerences consolidated by the conservative faction around social issues which were debated on this newspaper, which were related to the administrative power centralization and decentralization matter, to the current political party role in this context, to the political and social freedom concepts, to Brazilian modernity. To do so, the methodology followed an investigation plan of fifty printed editions in 1879, from number 5 to number 34, as well as the ones published in September, from number 200 to number 220. Although there had been more than two hundred publications of this newspaper in the highlighted period, the scope of the corpus was defined by the limitations imposed by the nature of the chosen genre for the presentation of the research results, enabling its content enlargement and systemic improvement in a future approach.

Keywords: *Gazeta da Bahia*; politics; representations; empire; Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	15
3	REPRESENTAÇÕES IMPRESSAS DO GABINETE SINIMBU.....	20
4	A POSIÇÃO POLÍTICA DA GAZETA DA BAHIA E AS REPRESENTAÇÕES DO PARTIDO LIBERAL.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6	REFERÊNCIAS	32

1 Introdução

Um estudo sobre as representações políticas nos jornais oitocentistas brasileiros demanda o reconhecimento de que “o elemento que dá unidade à história do Brasil no século XIX é a construção do Estado-nação” (Malerba, 1999, p. 2). O processo de autodeterminação política do país foi marcado por impasses gestados por grupos sociais dominantes que se dividiam pela via de tendências conflitantes. “Nesse contexto, construir o Estado brasileiro e preservar a unidade territorial do país foram tarefas árduas e laboriosas. O sucesso foi garantido pelo triunfo das tendências conservadoras, que souberam unir as elites políticas de todas as matizes” (Mattoso, 1992, p. 232). Essas tendências foram responsáveis por consolidar o jogo político do império ao longo de sua construção, consolidação e degradação neste período, que neste trabalho é delimitado ao ano de 1879, marcado pela fase de degradação do sistema de governo monárquico e constitucional¹. Nesse sentido, o objeto desta investigação foi o elemento político, os interesses sociais e culturais radicados nas tramas de interdependências discursivas presentes na retórica da facção conservadora representada pelo jornal *Gazeta da Bahia*.

O tema deste trabalho são as representações políticas do Império impressas no jornal *Gazeta da Bahia*. Nesse sentido, na análise deste jornal, evidenciamos de que “maneira as formas de representação contribuem para a consolidação dos modelos de poder existentes” (Costa, 2010, p. 493). É com base neste princípio que objetivamos analisar as representações do Gabinete Sinimbu e das facções conservadoras e liberais neste veículo de informação oitocentista. Publicado no contexto do século XIX, nos anos de 1879 até 1890², este jornal se insere no debate sobre questões relativas ao problema da centralização e descentralização do poder administrativo, ao papel dos partidos políticos vigentes neste processo, às ideias de liberdade política, à modernidade brasileira. Também centrada na discussão das leis do Império, o jornal *Gazeta da Bahia* dedica parte de seu espaço para sessões da câmara e do senado, fornecendo-nos, portanto, um painel dos valores jurídicos e sociais da elite baiana naquela conjuntura histórica.

No seio do debate que colocava frente a frente os Partidos Liberal e Conservador, esse jornal nos contempla com um quadro abrangente das clivagens ideológicas que agitavam a vida

¹ A historiadora Kátia M. de Queirós Mattoso (1992, p. 233) propõe um quadro cronológico, distinguindo três períodos entre 1822 e 1889: o da construção (até 1850), o da consolidação (de 1851 a 1870) e o da degradação do sistema de governo monárquico e constitucional (até 1889).

² O jornal *Gazeta da Bahia* substituiu o *Jornal da Bahia*, que duraria mais de dois decênios, isto é, de 1853 a 1878 (Filho, 2005, p. 53). Com a informação de que ele daria lugar ao Estado da Bahia no ano de 1890, justamente no período de consolidação da República, consideramos relevante a hipótese segundo a qual “a política partidária era, como se vê, uma das forças, senão a principal, da aparição, florescimento e desaparecimento na conformidade de eventuais interesses ou necessidades dos órgãos de publicidade” (Filho, 2005, p. 54).

política da nossa sociedade de corte oitocentista, regida pelos interesses modernizadores da civilização ocidental. Com o objetivo de compreender as disputas políticas e ideológicas neste período, este trabalho visita algumas fontes historiográficas que já se debruçaram sobre essas questões. Em seu estudo sobre a elite política imperial, o historiador José Murilo de Carvalho dedica um capítulo sobre a composição social e ideológica dos partidos na sociedade oitocentista brasileira. Apresentando visões diversas sobre a estrutura social e o sistema de poder predominantes no império, ele enuncia um catálogo de concepções que se tornaram lugares comuns na historiografia nacional em torno daquela conjuntura sócio histórica, que “vão desde o império burguês de Caio Prado, (...) à sociedade patriarcal de Nestor Duarte, ao domínio do latifúndio de Maria Isaura, à predominância do estamento burocrático de Faoro, à sociedade escravista de Vicente Licínio Cardoso, à sociedade quase feudal de Oliveira Vianna” (Carvalho, 2008, p. 203). Contrariado pela escassez de embasamento empírico dessas afirmações, propõe uma abordagem dos principais interesses constitutivos dos programas políticos defendidos pelos partidos que participaram da configuração política do mencionado período, os quais variavam entre a centralização e a descentralização do poder administrativo, entre a abolição gradual e total da escravidão, entre as “clássicas liberdades de consciência, de educação, de comércio, de indústria” (Carvalho, 2008, p. 207) e a despreocupação com o governo representativo e com os direitos individuais.

Com efeito, a clivagem social e ideológica reinantes, mais responsável por ajustes do que por mudanças substanciais na estrutura do sistema, demanda, aos nossos olhos, uma pesquisa sobre os suportes materiais que tornaram possível a circulação e a apropriação das ideias cristalizadas pelos programas destes diferentes partidos, o que nos obriga a investigar o papel da imprensa nos jogos de poder na Província da Bahia³ a partir do segundo reinado, uma vez que este trabalho tem em vista “a capacidade performativa do texto impresso de criar aquilo que descreve, tornando-se, assim, um elemento ativo do processo político” (Portela, 2003), pois desde o século XVII no mundo europeu, “argumentos relativos à intervenção da imprensa como um fator importante no processo político têm sido justificado com a análise do seu papel nas revoluções” (Portela, 2003, p. 39). Por exemplo, publicados por jornalistas expatriados, muitos jornais foram influentes nas decisões de questões políticas que envolviam a tensa relação da

³ É relevante destacar que “desde a fundação de Salvador, em 1549, até os nossos dias, a Bahia teve três denominações diferentes. Como Capitania Geral da Bahia de Todos os Santos, foi sede do governo colonial português até a transferência deste para o Rio de Janeiro em 1763. Em 1815, com a transformação do Brasil em Reino Unido a Portugal e Algarves, passou, como todas as dez capitanias gerais antes existentes, a ser chamada, indiferentemente, de capitania ou província. Em 1824, com a promulgação da primeira constituição brasileira, tornou-se oficialmente Província da Bahia, uma das dezenoves províncias do Império” (Mattoso, 1992, p. 43).

colônia portuguesa com a sua metrópole, como O investigador Portuguez em Inglaterra, O Portuguez e O Campeão Portuguez. De acordo com Matías Molina (2015, p. 105), “a ação dessa imprensa no exílio foi certamente decisiva para a divulgação das ideias que levaram à Revolução Liberal do Porto de agosto de 1820, e marcou o fim do período de transição no Brasil”.

Neste artigo, entendemos que o jornal da Gazeta da Bahia é de grande relevância para a ampliação do conhecimento das beligerâncias retóricas e ideológicas do Império, das suas omissões políticas e sociais, das suas crenças jurídicas, enfim, do projeto de sociedade e de modernidade apresentados pelas suas práticas culturais, as quais nos evidenciam as lutas travadas entre representações que influíram no processo de nossa constituição histórica. Em consequência disso, o nosso recorte espaço-temporal está circunscrito à província da Bahia, correspondendo ao ano de 1879. Tendo em vista a escassez de trabalhos sobre essa fonte histórica, decidimos que o estudo do Império brasileiro sob a perspectiva da prática cultural de sujeitos que viveram neste lugar no período apontado poderia ser relevante para o entendimento da conjuntura sócio-histórica que explica o lugar ocupado por esta província no nosso processo de modernização.

Nessa perspectiva, partindo do princípio de que “o todo também pode se projetar na parte, ou ser acessado a partir da parte, ou pode ainda se usar a parte como ponte que ao mesmo tempo ilumina e permite atravessar o abismo da totalidade” (Barros, 2012, p. 318), cremos que o estudo deste jornal impresso nesta província pode nos levar ao entendimento de questões políticas que afetaram a vida brasileira durante a sua formação e consolidação enquanto república nos anos posteriores de seu desenvolvimento, posto que os jornais, desde o início de sua consolidação na sociedade oitocentista, “mostraram aos leitores do Brasil e de Portugal como funcionavam as instituições de uma nação com um governo constitucional e liberdade de imprensa, e pregavam reformas” (Molina, 2015, p. 105). Exemplo disso nos fornece a própria Gazeta da Bahia em seu 5º número de 1879, quando no relatório do ministério do império o Sr. Ministro

manifestou ideias adiantadas em matéria de instrução pública e administração. Defendeu a liberdade do ensino em todos os graus de instrução primária, secundária e superior; discorrendo sobre várias ideias como: a fundação de faculdades livres, de cursos especiais de administração, cursos para os cidadãos que pretenderem o exercício do tabelionato, a necessidade de fazerem-se os exames por matérias e não por anos como se dá atualmente, a dispensa do grau de doutor para os concursos para o magistério superior, a fundação nas províncias de colégios como os de Pedro II, o estabelecimento de escolas profissionais (Gazeta da Bahia, 1879, p. 1).

Ao anunciar as reformas propostas pelas instituições do império, a Gazeta da Bahia instruía a elite civil da província baiana naquele período, fornecendo conteúdos de natureza política, já que, “desde o seu nascimento, a imprensa brasileira foi eminentemente política e, por um longo período, mais doutrinária do que informativa” (Molina, 2015, p. 362). Por imprensa doutrinária⁴, entendemos os jornais oitocentistas que se caracterizavam pela defesa apaixonada de ideologias e pela sua intervenção no campo político, “por mobilizarem ideias e princípios políticos em torno de determinados projetos de poder; do mesmo modo, por operarem os ideais políticos de determinado bloco de poder no espaço público” (Saldanha, 2020, p. 401).

O estudo destes jornais precisa considerar, como vimos, a facção política à qual eles estavam vinculados e o modo como suas informações eram veiculadas, uma vez que em torno das disputas pelas reformas políticas estavam os partidos que se revezavam no poder naquele período: o Partido Conservador, o Partido Liberal e a Liga progressista. “A liga assumiu em 1862, sob a chefia de Zacarias de Gois. Mas por não formar maioria na câmara, esse gabinete durou poucos dias, sendo substituído por um ministério conservador” (Dolhnikoff, 2022, p. 97). Todavia, “Zacarias de Gois voltou a chefiar o gabinete em 1866. Até 1868, a liga, sob a direção de Zacarias, ficou à frente de um ministério composto por liberais e conservadores” (Dolhnikoff, 2022, p. 97). Durante o Primeiro Reinado e a Regência, essas três facções lutaram pelo poder, e no Segundo Reinado a polarização partidária foi dominante. Com a volta do Partido Conservador à presidência do gabinete ministerial, “os liberais foram apeados de todas as posições, quer administrativas, quer políticas, mesmo as mais modestas, por toda parte” (Costa, 1937, p. 206), fato que acirrou ainda mais a rivalidade entre os partidos. Eis os pontos a favor dos quais se organizavam os partidos:

a organização do sistema educacional, a legislação agrária, a abolição do tráfico de escravos, a liberdade de imprensa, a naturalização de estrangeiros, o recrutamento militar, a liberdade de culto, a organização de conselhos provinciais e municipais, a composição do poder judicial: estes eram alguns dos pontos que dividiam os representantes em dois grupos opostos, um liberal e outro conservador. Os liberais defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, uma legislação favorável à quebra do monopólio da terra por uns poucos. Opunham-se ao recrutamento militar, apoiavam a liberdade de cultos, favoreciam a descentralização e autonomia das províncias e municípios. Os conservadores situavam-se no outro lado do espectro (Costa, 2010, p. 147).

⁴ É preciso destacar que “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo” (Luca, 2015, p. 133).

Essas disputas compunham o conteúdo impresso nos jornais de opinião e nas gazetas, os quais eram responsáveis pela formação da opinião da elite civil alfabetizada no império. “O historiador Marco Morel, no trabalho “Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil”, traça as diferenças entre as gazetas e os jornais de opinião. Financiadas pelas administrações monárquicas, as gazetas “tinham como característica não o debate político, mas o relato (selecionado, como todo relato) das ocorrências no âmbito da Coroa” (Saldanha, 2020, p. 400). Aliás, “desde o século XVIII, a *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert assinalava a diferença fundamental entre *gazette* e *journal*, atribuindo ao primeiro gênero um caráter marcadamente noticioso, e possuindo o segundo características mais literárias e científicas” (Silva, 2011, p. 38). Geralmente, esses impressos seguiam um programa diretor com o intuito de abordar notícias políticas, notícias ligadas também ao comércio, às questões locais, à agricultura, à educação, à ciência e às artes. Por este motivo eles forneciam bons materiais para a história, posto que “todo evento político, no sentido amplo do termo, era considerado relevante: uma campanha militar, um discurso, um aniversário na família reinante, a morte de um alto dignatário eclesiástico” (Silva, 2011, p. 53).

Além disso, “não só a gazeta é apontada como um substitutivo para o livro, como o periodismo é apresentado como um equivalente melhorado do gênero histórico” (Silva, 2011, p. 66). Com efeito, a gazeta se tornou um instrumento por meio do qual se fazia inteligível a disputa partidária no Império. “Em cada província, os Partidos Liberal e Conservador tinham um ou mais periódicos para sustentar suas posições” (Dolhnikoff, 2022, p. 83). Nessa lógica, o jornal *Gazeta da Bahia* também optaria por um dos lados desta disputa partidária, como veremos ao longo desta exposição.

2 Pressupostos teóricos

A proposta desta pesquisa está inserida na História Cultural, considerada como a quarta geração da Escola dos Annales. Como referencial teórico utilizamos a obra “A História Cultural – entre práticas e representações”, de Roger Chartier. Segundo este historiador, a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler (Barros, 2003, p. 165)”. Conforme a sua perspectiva, as representações “inserem-se em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação, em outras palavras, como verdadeiras lutas entre representações” (Barros, 2003, p. 165).

Com efeito, a ideia é “pensar uma história cultural do social que tome por objeto a

compreensão das representações do mundo social” (Chartier, 1990, p.19), o que implica analisar as práticas de representação dos jornais que circularam no universo social da província da Bahia no período destacado. Compreendidos como fontes de representação dos acontecimentos políticos, sociais e morais deste tempo, os jornais tendem a materializar simbolicamente as estruturas daquela sociedade. Assim, vale destacar a relação entre estrutura e acontecimento, tendo o mercado editorial e as suas mercadorias como representativas de toda uma conjuntura política cujos “certos acontecimentos são considerados como marcantes na medida em que servem de indícios para fenômenos sociais de longa duração e parecem determinados por eles” (Ricoeur, 2007, p.258).

Em consonância com esta grande área teórica, a nossa proposta de estudo do jornal *Gazeta da Bahia* entende que pressupor “a capacidade performativa do texto impresso de criar aquilo que descreve, tornando-se, assim, um elemento ativo do processo político” (Portela, 2003), nos levará ao entendimento das causas políticas que desencadearam as verdadeiras lutas entre representações no Império brasileiro. Por isso é relevante mencionar o livro de Manuel Portella, “O comércio da literatura: mercado e representação”, que discorre sobre o impacto do jornal nas ideias, nas representações econômicas, jurídicas e ideológicas que condicionaram o jogo político da conjuntura histórica inglesa, mas cujas determinações simbólicas guardam pontos de contato com o contexto em análise, bem como o trabalho de Marcus Vinícius de Freitas, “Contradições da modernidade: o jornal *aurora* brasileira (1873-1875), que nos contempla com um quadro abrangente das principais temáticas abordadas pelos jornais neste recorte temporal.

Finalmente, o destaque dado por Oliveira Lima (2021, p. 275) em seu livro “O império brasileiro” “ao papel que coube aos jornais no único período de autoritarismo monárquico” brasileiro, ou seja, “à surpreendente revolução que no espírito nacional operou a imprensa livre!”, nos possibilita evidenciar a relevância do jornal como prática cultural promovida por extratos sociais para os quais “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção de mundo, os valores que são seus, e o seu domínio” (Chartier, 1990, p.17). Em síntese, estes são alguns autores enquadrados no modelo teórico que nos serve de análise.

Nessa perspectiva, este trabalho objetiva investigar a posição ideológica dominante quanto ao processo de modernização econômica do Brasil no jornal *Gazeta da Bahia*, a fim de perceber em que medida esse veículo dialoga com as instituições de natureza conservadora. Por assim dizer, como o objetivo é apresentar as representações da modernidade presentes neste documento, é possível dizer que a obra deste historiador dialoga com o nosso objeto, embora

seja relevante ressaltar que não estamos fazendo uma história econômica e nem pretendemos construir uma história total ou global, mas “centrar o estudo de uma sociedade em um dos seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos problemas precisos que levantam este ou aquele destes aspectos: crença, economia, estrutura das classes, grupos, crises políticas” (Le Goff apud Barros, 2012, p. 319).

O estudo do jornal *Gazeta da Bahia* é relevante para entender que o mundo representado pelas práticas culturais é um mundo dominado por conflitos de classe, por litígios religiosos e morais, por lutas ideológicas entre grupos de diferentes ordens políticas e culturais. Neste caso, se no mundo europeu a imprensa foi tão decisiva na condução dos rumos políticos do ocidente, posto que “argumentos relativos à intervenção da imprensa como um fator importante no processo político têm sido justificados com a análise do seu papel nas revoluções” (Portela, 2003, p. 39), entendemos que seja de extrema importância uma pesquisa que analise a luta entre representações no seio da província da Bahia pela via de um dos seus principais jornais. Portanto, partindo dessas considerações, a noção de representação é fundamental para o trabalho, uma vez que “é dos jornais a possibilidade de construir meias-verdades, de silenciar sobre certos fatos e não outros, de selecionar e redefinir a informação a ser transmitida” (Barros, 2023, p. 12).

Para analisar o jornal *Gazeta da Bahia*, identificando o modo pelo qual ele se posiciona frente às temáticas do liberalismo e do sistema monárquico, nos auxiliamos dos textos publicados na *Gazeta da Bahia* em 1879, bem como de obras historiográficas que abordam o período histórico mencionado. Para tanto, como um detetive do campo da História Cultural, o método aqui empregado não tomará “o mundo – ou as suas representações, no caso – na sua literalidade, como se elas fossem o reflexo ou cópia mimética do real” (Barros, 2017, p. 64), mas pretende “ir além daquilo que é dito” nos jornais que estarão sob o nosso escrutínio. Em seguida, a fim de perceber as estratégias editoriais e retóricas do jornal *Gazeta da Bahia*, utilizaremos o método da montagem, pelo qual realizamos “um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeças de peças capazes de produzir sentido” (Barros, 2017, p. 64) ao corpo deste trabalho, pois o objetivo é identificar, pelo estudo dos artifícios técnicos presentes na materialidade dos documentos, uma relativa unidade nos posicionamentos intratextuais que dão coesão aos jornais, sem deixar de reconhecer que “a linguagem verbal escrita comporta a possibilidade de que o seu enunciador falseie a realidade” (Barros, 2023, p. 17). Desse modo, este trabalho parte do seguinte princípio:

Tratar o jornal (ou a Imprensa) como objeto de estudo é bem diferente de tratar

o jornal como fonte histórica. Neste último caso, o jornal pode ser utilizado como caminho para nos aproximarmos de quaisquer outros objetos de estudos e modalidades historiográficas: a história política, a história econômica, a história cultural, e assim por diante (Barros, 2023, p. 46).

Por esse caminho, propomos a leitura do jornal em destaque como fonte histórica com a finalidade de reconhecer as representações políticas e econômicas da história cultural publicizadas por este veículo de informação da Província da Bahia. Todavia, uma pesquisa que faça justiça ao jornal como objeto histórico deve “inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” (Luca, 2015, p. 116), a fim de questionar não somente os limites de sua objetividade, mas também “o uso instrumental e ingênuo” dos periódicos como “mero receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador” (Luca, 2015, p. 116). Esse cuidado em diferenciar o uso do jornal como objeto ou como fonte histórica precisa ser feito para ratificar os limites deste trabalho quanto ao propósito de fornecer um painel objetivo do contexto político daquele período e da Gazeta da Bahia, cuja inteligibilidade demanda uma pesquisa mais sistemática das suas condições de publicação.

Como o recorte desta análise é o ano de 1879, “data desta época uma redefinição radical na política partidária brasileira” (Malerba, 1999, p. 84), uma vez que “as contradições do sistema iriam crescer. Frações da elite proprietária do país sentiam-se mais incomodadas com o fato de ser o Brasil a única monarquia entre as repúblicas latinas” (Malerba, 1999, p. 85). No entanto, a Gazeta da Bahia não representava nenhuma dessas frações. Ao contrário, administrada pelo conservador Alvaro Balthazar da Silveira, ela era monarquista convicta e escravocrata. Em “A escravidão, o clero e o abolicionismo, Luis Anselmo da Fonseca (1887) declara que a Gazeta da Bahia foi o único periódico baiano a não assinar o pacto anti-escravista⁵ de 20 de março de 1872, ratificado em 1881, que previa a não publicação de anúncios de fuga, compra, venda ou locação de escravos⁶. Este autor (1987, p. 279) tece duras críticas à carta de Alvaro Balthazar da Silveira endereçada ao abolicionista Frederico Marinho de Araujo, na qual ele afirma que não assinaria o documento:

⁵ No livro “Apontamentos para a história da imprensa da Bahia”, Aloysio de Carvalho (2005, p. 34) argumenta sobre “o quanto era precária e desestimada a posição do jornalista da Bahia, para bem se avaliar que heroísmo representa a atitude abolicionista desta imprensa, [...] que decidiu um dia fechar as suas colunas aos anúncios de escravos fugidos”.

⁶ Por exemplo, na edição de número 201, publicada em 6 de setembro de 1879, a Gazeta da Bahia (1979, p. 4) expõe, na sua sessão de utilidade geral, a compra e a venda de escravos no escritório ao largo do guindaste dos padres, nº 28, no 1º andar, na cidade de Salvador.

que fique sabendo o eminente escritor que, para vergonha d'esta província e deslustre de sua imprensa, a Gazeta da Bahia tem constantemente infringido o pacto e continua, ela que é o único órgão que nesta capital defende a escravidão, a publicar anúncios sobre escravos fugidos; o que sem dúvida nenhuma tornará sua leitura indispensável aos capitães de mato.

Com um público leitor reduzido às frações de uma elite alfabetizada, o jornal em destaque deveria, na visão de Luís Anselmo da Fonseca (1887, p. 280), alcançar o objetivo de educar e civilizar a população baiana, pois a “imprensa que é o meio mais poderoso de educar e civilizar os povos, assim como de formar e dirigir a opinião”, [...] “não foi inventada para a escravidão, mas para a liberdade”. Por esta via, a Gazeta precisaria funcionar como um instrumento pedagógico capaz de “elevar o sentimento moral do país”, trabalhando para a sua regeneração e evidenciando que “a escravidão é um mal por qualquer lado que a queiram considerar” (Fonseca, 1887, p. 281). Eis o poder moral da imprensa naquele contexto para os críticos do regime escravocrata: o de potencializar “os efeitos do trabalho sanificador do abolicionismo”, tornando-se “o mais excelente e profícuo instrumento do progresso social” (Fonseca, 1887, p. 280).

Finalmente, para analisar a relação dos conteúdos ideológicos veiculados pelo jornal Gazeta da Bahia com os programas dos partidos políticos atuantes no império, entendemos que precisamos “ir de um texto a outro texto”, sair da fonte para mergulhar na construção de uma bagagem de leitura “que todo historiador deve ter para situar seu tema e objeto, historicizando-o” (Barros, 2017, p. 66), uma vez que é com essa bagagem que poderemos concretizar uma leitura intertextual do jornal Gazeta da Bahia, leitura que configura como um dos nossos objetivos neste trabalho, posto que é ilusório acreditar que “os fatos pudessem ser dissociados de sua representação em forma de acontecimentos numa história” (Ricoeur, 2007, p. 270). Por assim dizer, partimos da hipótese de que dotar o nosso trabalho de informações empíricas sobre o universo cultural e político do império significa se apropriar das representações impressas daquela realidade, feitas por profissionais liberais, burocratas, romancistas, editores, historiadores e vários outros extratos sociais que atribuíram sentidos àquele contexto.

Todavia, é indispensável considerar que “no Brasil oitocentista, eram comuns jornais cujos textos eram basicamente produzidos por um ou dois autores”, o que nos obriga a “situar a análise de qualquer texto jornalístico na própria história da imprensa para identificar o nível de complexidade de sua produção e a densidade efetiva de sua polifonia” (Barros, 2023, p. 57). Além disso, “considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas

diferenciadas” (Chartier, 1990, p. 18), poderá contribuir para o entendimento de que forma ou em que medida esses suportes materiais, apropriados pelos extratos sociais alfabetizados no regime, impactaram processos políticos e sociais locais e nacionais de longa duração. No caso específico da Gazeta da Bahia, não conseguimos nos apropriar dos documentos que revelariam a identidade dos seus redatores. Fizemos a leitura de 50 edições publicadas em 1879, que estão acessíveis ao público pela Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação da Biblioteca Nacional, partindo da edição de número 5, e em nenhuma delas encontramos a assinatura de seu redator, exceto nos textos de outros periódicos publicados nas diversas sessões que constituem os elementos de sua página impressa.

3 Representações impressas do Gabinete Sinimbu

Este trabalho parte do pressuposto segundo o qual o jornal teve uma participação política decisiva no império brasileiro. Se seu papel estratégico na disseminação de ideias garantiu sua importância fundamental no desenvolvimento na Europa moderna (Anderson, 2008), seu impacto no contexto brasileiro precisa ser entendido tendo em vista o fato segundo o qual “a imprensa foi o grande veículo das ideias no Brasil. Em parte alguma é sua influência mais característica e tem sido mais poderosa” (Lima, 2021, p. 275). Numa visão otimista, Teófilo Ottoni ressalta, nas palavras de Oliveira Lima (2021), “o papel que coube aos jornais no único período de autoritarismo monárquico”, pois contra as corrupções do poder, “os clarins da liberdade tinham conseguido muito, tinham despertado o povo do letargo, (...). Esse resultado maravilhoso e quase inesperado foi devido à surpreendente revolução que no espírito nacional operou a imprensa livre!”.

Em seu livro "Contradições da modernidade: o jornal Aurora brasileira", Marcus Vinicius de Freitas (2011, p. 140) destaca que ler o jornal Aurora brasileira o ajudou a "conformar um mosaico dos caminhos, dos reveses, dos acertos e das decepções que a sociedade brasileira enfrentou, e ainda enfrenta, na sua interminável passagem à modernidade política, econômica e social, na sua busca da chamada civilização". Na década de 70 do século XIX, os temas de interesse deste jornal estavam ligados à problemática da educação universal, ao império das leis, ao liberalismo, à modernidade e etc. Com efeito, a pesquisa que ora realizamos segue uma trilha análoga, e descreve o modo pelo qual o jornal Gazeta da Bahia se posicionou por uma via estritamente conservadora na deliberação destas temáticas, apresentando divergências com o Partido Liberal, fundamentando-se numa unidade coerente a partir de suas relações intratextuais, ou seja, a partir de seu diálogo intertextual com outros jornais e opiniões em

circulação no âmbito do império, cujos textos também foram veiculados pela Gazeta, uma vez que, nos jornais,

os textos ali publicados sobre liberalismo, sobre educação, sobre literatura ou sobre escravidão, entre outros assuntos, só conseguem ser devidamente utilizados como fonte pelo historiador, pelo educador, pelo crítico ou pelo antropólogo se estes analistas antes compreendem que o sentido de cada um daqueles textos se faz na relação com os outros do mesmo periódico, dada a sua coesão (Freitas, 2011, p. 21).

Na edição publicada no dia 10 de janeiro de 1879, na sessão correspondente à Assembleia Geral do senado, o jornal Gazeta da Bahia reclama do tratamento que é destinado à Província da Bahia pelos liberais. Representada pela figura do Barão de Cotegipe⁷, entendido como adversário do atual ministério, cuja sinceridade é apontada pelo jornal, "a província da Bahia estava como que excomungada para o Partido Liberal", pois até "chegou-se a dizer que o ministério merecia apoio por não ter um baiano no seu seio". O resgate do contexto histórico deste debate é crucial para o entendimento das beligerâncias retóricas que envolviam liberais e conservadores. Foi um fenômeno comum no século XIX a “predominância de homens baianos nos lugares de poder” (Ramos, 2022, p. 13) na monarquia, ocupando os cargos ministeriais. Apelidado como “baianismo”, esse fenômeno teve impacto nas disputas pelo poder materializadas pelas províncias na década em análise, o que nos permite reconhecer a existência de um jogo político cuja complexidade transcende a disputa polarizada entre conservadores e liberais, uma vez que a disputa pelo monopólio do poder político também ocorrera entre as províncias do império. No caso em questão,

os protestos contra os homens da Bahia não circularam somente em documentos particulares, como a carta redigida entre as décadas de 1870 e 1880 que Holanda revelou. Os descontentamentos foram, por vezes, explicitamente demonstrados nas tribunas do Parlamento, como aconteceu na Câmara dos Deputados, em 14 de março de 1877, durante o governo do duque de Caxias, quando ouviu-se um ataque direto à recorrência dos baianos nas pastas ministeriais (Ramos, 2022, p. 15).

Ao se referir ao trabalho do historiador Sérgio Buarque de Holanda, Ramos (2022) nos lembra que a Bahia teve mais do dobro de representantes nas pastas ministeriais em comparação

⁷ “Filho de um proprietário rural, foi juiz do Tribunal de Relação da Bahia (cargo que ocupou até 1857) e presidente da Província. Em 1855, deixou a presidência pelo Ministério da Marinha, iniciando uma carreira de âmbito nacional. Foi escolhido senador em 1856. Várias vezes ministro e membro do Partido Conservador, João Maurício foi um dos principais negociadores do tratado com o Paraguai em 1871 e só teve um período de relativo ostracismo durante o governo liberal do baiano José Maria da Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco (1871-1875)” (Mattoso, 1992, p. 261).

com as províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, as quais dominavam o cenário político de então. Nesse sentido, entender o “baianismo” como causa motriz dessas disputas é indispensável para compreender a revolta da Gazeta da Bahia contra o gabinete liberal, que visava conduzir os baianos ao ostracismo político em 1879. Por esse caminho, a oposição às reformas lideradas pelos liberais se fará presente nos discursos deste jornal. Assim, é indispensável discorrer sobre essa disputa a partir da remissão à principal questão do momento: “a reforma constitucional proposta pelo ministério liberal de 5 de janeiro de 1878, liderado pelo senador liberal alagoano João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, para a adoção de eleições diretas no Brasil” (Ribeiro, 2018, p. 244).

A reforma eleitoral havia se tornado naquele período uma questão fundamental. Antes da chegada de Sinimbu ao poder do gabinete, já era consenso que as eleições diretas seriam necessárias para mitigar os casos de corrupção e de fraudes que dominavam nosso sistema representativo. Neste contexto, “o partido liberal fizera da reforma eleitoral a sua maior aspiração. E tal foi a propaganda pela elevação do censo do eleitorado e pela eleição direta, tenaz e inteligentemente feita em todo o país, que a ideia se tornou uma aspiração nacional” (Costa, 1937, p. 210). Eis o principal motivo da escolha de Sinimbu feita pelo imperador: a de alguém que “sempre se conservou, inflexivelmente, um liberal moderado, no agrupamento conservador (Costa, 1937, p. 201). No entanto, a consolidação da reforma eleitoral seria dificultada por uma câmara de deputados ocupada majoritariamente pelos conservadores. “A resistência conservadora far-se-ia sentir sistematicamente e sem tréguas, deixando o governo mesmo sem os meios regulares de administração” (Costa, 1937, p. 222), conforme verificamos na oposição feita pela Gazeta da Bahia.

Uma referência direta à reforma pode ser identificada no texto “A situação condenada”, presente na mesma edição, que chama a atenção dos leitores para a tragicomédia dos acontecimentos ocorridos depois da evolução política de 5 de janeiro: “o brado da pública reprovação contra a nova ordem política ecoa de todos os lados”. Coadunando-se com a reprovação da reforma proposta pelos liberais, o texto ressalta a autópsia feita da política ministerial pelo conselheiro Silveira Lôbo, segundo o qual “o partido liberal, assumindo o governo, não entrou pela porta principal, mas pela do quintal”. “As críticas ao ministério Sinimbu logo ultrapassariam o projeto e se voltariam à direção da própria natureza política do governo” (Ribeiro, 2018, p. 254). Conforme é possível notar, a Gazeta da Bahia apresenta, nesta edição, uma postura de viés conservador quanto à reforma eleitoral proposta pelo ministério de Sinimbu. Tal reforma também é citada na sessão “Dizia-se ontem...”, quando o jornal faz

referência a uma passagem da Gazeta de Notícias⁸, onde se dizia "que o Sr. Conselheiro Sinimbu dissera a alguns Srs. deputados de Minas, que estão quase não quase na oposição, que tem uma carta de cima insistindo pela eleição direta, e que se a câmara se opuser a ela será dissolvida".

Finalmente, como vimos, há uma relativa unidade nos posicionamentos intratextuais que dão coesão ao jornal, constituindo-o como materialidade cuja contiguidade semântica e ideológica requer um posicionamento crítico do leitor que se depara com a postura do Sr. Conselheiro Sinimbu noticiada pela Gazeta de Notícias. Por esse caminho, o leitor inserido no jogo do debate, familiarizado com os debates contemporâneos, percebe a via antiliberal da reforma liberal proposta pelo senador alagoano, que tem uma carta de cima que pode ser capaz de dissolver a oposição, contrariando os princípios federalistas de uma proposta que se supõe liberal, uma vez que “além de adotar o censo alto e excluir os analfabetos, cometendo um “erro de sintaxe política”, ao excluir o povo, o “sujeito da oração” representativa, o projeto de Sinimbu não propunha a mudança dos artigos relativos à elegibilidade para a inclusão de estrangeiros naturalizados e não católicos, defendida por vários de seus correligionários” (Ribeiro, 2018, p. 253). Portanto, as contradições deste processo de modernização política do Império representado pela Gazeta da Bahia evidenciam os vícios do sistema representativo da monarquia brasileira.

Em um artigo publicado na edição de 11 de fevereiro de 1879, a eleição direta proposta pelo Partido Liberal na reforma de 5 de janeiro de 1878 continua sendo tema de debate. Assumindo a posição do partido conservador, o jornal critica a sede de poder do Partido Liberal, que passara a exigir mais reformas: “ele que nada fizera quando no poder, ele que então arrastara uma existência sem glória e inútil, podia lembrar, e mesmo pedir, porém não tinha o direito de exigir”. O Gazeta da Bahia é bastante incisivo no seu posicionamento ao afirmar que, não obstante o fato de o tema da eleição direta ter sido levada a efeito pelo Partido Liberal, para a sua realização “não se fazia necessária a ascensão dos liberais”, posto que “todas as grandes reformas porque tem passado o país, têm sido realizadas pelo partido conservador”. Por esse motivo, considera o artigo, a ascensão ao poder do Partido Liberal “não foi só desnecessária, foi inconveniente, imprópria, prejudicial mesmo para essa ideia e para esse partido”.

Tais considerações foram ratificadas pela nossa historiografia, a qual entende que “mais surpreendente é o Partido Liberal ter tomado o poder em 1878, depois de dez anos de ostracismo

⁸ O Gazeta de Notícias foi lançado no dia 2 agosto de 1875 com o objetivo de noticiar, levar literatura e ser “neutro”. Rapidamente o jornal passou a ter uma tiragem de 24 mil exemplares e a concorrer pela liderança na praça do Rio de Janeiro com o Jornal do Commercio (Vidipó, 2016, p. 1-2).

político, e não ter empreendido as reformas que havia proposto quando estava na oposição” (Costa, 2010, p. 166). Com efeito, para o jornal em destaque, somente o Partido Conservador poderia salvar o nosso sistema representativo, realizando de fato e não somente inserindo como tema no seu programa a eleição direta. Contra o grito ameaçador representado pela legenda presente na bandeira do Partido Liberal, o grito da “Reforma ou revolução”, o artigo lembra a causa do fracasso e da inércia do governo liberal: a abstenção das urnas eleitorais. Nesse sentido, não seríamos colocados nos rumos do progresso, da liberdade e da modernidade pela ação dos liberais, uma vez que somente

o partido conservador, o partido da *ordem e da liberdade*, ia, em pacífico movimento de progresso, dispensando ao povo brasileiro prosperidade e engrandecimento, e aumentando-lhe de dia em dia as liberdades e os direitos, sem quebra da harmonia constitucional; cōscio da sua missão, realizava grandes reformas e melhoramentos, efetuava a reforma judiciária, a da guarda nacional, a da conscrição, a de 28 de setembro e muitas outras (Gazeta da Bahia, 1879, p. 1).

Na edição de 9 de fevereiro de 1879, o *Gazeta da Bahia* ressalta que o Gabinete Sinimbu⁹ de 5 de janeiro representava um misto de violência e inércia, valores incompatíveis com as noções de ordem e liberdade representadas pelo Partido Conservador. Além disso, a reforma proposta por Sinimbu “se apresentava para muitos de seus correligionários como uma camisa de força imposta do alto, sem consideração pelas prioridades do partido ou pela autonomia do Parlamento” (Ribeiro, 2018, p. 254). Em diálogo intertextual com o *Diário oficial*, a *Gazeta da Bahia* cita a temporariedade do senado, a desnacionalização da religião do Estado, a anarquia das finanças, os atentados cometidos contra a representação popular nas províncias, onde os mandados dos seus eleitos ficavam submetidos às arbitrariedades das câmaras e, por vezes, às novas eleições, bem como a falta de liberdade de imprensa como exemplos de improbidade política:

a folha oficial pode imaginar o que lhe aprouver, em defesa da situação, dissimular as monstruosidades disso que se denomina ministério de 5 de janeiro; mas nem ela, nem quem quer que seja, conseguirá plantar no espírito

⁹ João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, nascido em 1810, pouco depois da chegada da família real lusitana à América portuguesa, era membro de uma tradicional família da elite açucareira da mata sul da então capitania de Pernambuco, que seria desmembrada após a revolução de 1817, dando origem a Alagoas. Sinimbu iniciara sua atividade política durante a Regência, aderindo ao chamado Regresso, quando iam se definindo os partidos políticos. Sinimbu se ligou ao novo Partido Liberal, adotando o programa da eleição direta como uma prioridade em sua atuação política. Apesar da longa carreira, Sinimbu não era a figura de proa de sua agremiação. Como já destacado pela historiografia, o senador alagoano vinha atrás de Nabuco de Araújo e, mesmo, de José Antônio Saraiva, ambos antigos conservadores moderados e fundadores do novo Partido Liberal (Ribeiro, 2018, p. 248).

público a crença – nem na pureza do culto que se rende a uma ideia servindo-se à ideia oposta, nem na fidelidade de serviços que se prestam em antagonismo a convicções sérias; ela, ou quem quer que seja, sobretudo, não poderá afirmar que há em um igual procedimento uma cousa, que parece entre nós, peregrina – a probidade política (Gazeta da Bahia, 1879, p. 1).

Nessa citação retirada da edição de 11 de fevereiro de 1879, a Gazeta da Bahia chama a atenção do leitor para as estratégias retóricas da folha oficial, a qual, podendo adotar uma posição que a distancie do questionamento do governo vigente, não poderia deixar de evidenciar as inconveniências dos liberais. Dessa forma, o Gazeta da Bahia promove retoricamente o que denuncia, pois se a dissimulação das intenções de um discurso é a principal virtude do procedimento retórico, o eufemismo inerente à exposição da folha oficial enquanto jornal que dissimula monstruosidades liberais se materializa como uma maneira amena de apontar tanto para a possibilidade deste jornal frustrar suas expectativas ideológicas quanto para a necessidade de ele corresponder às suas convicções políticas. Nesse jogo retórico, A Gazeta da Bahia pretende ratificar um consenso: o consenso de que o país não alcançaria a modernidade social e política com o controle do Partido Liberal sobre a nação.

4 A posição política da Gazeta da Bahia e as representações do Partido Liberal

Na décima terceira edição de 1879, publicada em 17 de janeiro, a Gazeta da Bahia tornou ainda mais evidente o seu posicionamento político contra o Gabinete Sinimbu, “representativo” dos fundamentos liberais, bem como a sua indisposição com o Diário Contemporâneo, ao qual ela se refere como o jornal representante de um ministério absoluto e tirânico. Para a Gazeta, a Província da Bahia foi amesquinhada pelo gabinete de 5 de janeiro, que desconsiderou “esta nobre terra”. A Gazeta acusa o diário contemporâneo de não suportar o contraditório e de fugir das polêmicas levantadas pela sua oposição: “não é invejável a luta com um adversário que foge aos golpes, que, a cada momento, em vez de conservar-se firme no seu posto, faz guerra de emboscada”. Contra este adversário liberal, ela deixa claro na sexta edição: “não é tão ingrata a tarefa da oposição que a Gazeta da Bahia representa, obrigada, como se vê, a dizer verdades que desagradam aos liberais”.

Ao anunciar a sua posição conservadora, a Gazeta da Bahia (1979, p. 1) nos revela os principais objetivos do seu partido: “Os conservadores tem sobre seus ombros uma terrível responsabilidade, que é um grande dever para as suas almas honestas: indicar à sociedade abatida pela enorme soma dos erros, afrontada pelas injustiças e violências da atual

administração, os meios salutareos de reabilitar-se perante o juízo da história”. Nesta advertência é possível identificar o que se efetivou como um costume de longa duração na história política do país: a de que as nossas grandes mudanças sociais foram anunciadas pelo Partido Liberal, mas capitaneadas pelos conservadores. Contudo, essas grandes mudanças nunca teriam comprometido a ordem social do país e a legitimidade das normas estabelecidas pela sua constituição. O oposto teria sido consolidado pelo outro lado do espectro, segundo o jornal em análise. Na edição 202, publicada em sete de setembro de 1879, os deveres do Partido Conservador foram anunciados em comemoração do processo de independência, contrapondo-se à postura do Partido Liberal:

Desde 25 de março de 1824, ao lado da liberdade, principiou o povo brasileiro a fruir os benefícios do novo sistema político. Então o partido da ordem, colocou-se em guarda da nossa carta constitucional, como sentinela vigilante e como executor fiel. Diante dele ergueu-se também outro partido, com uma bandeira animadora e um programa sedutor. Infelizmente este partido intitulado da liberdade [...] chegou a pôr o país em sobressalto, ameaçando a integridade do império, fez a revolta nas províncias do norte, revolucionou o centro, e gerou e manteve por nove anos a rebeldia no sul: por toda a parte enfim passeou o facho exterminador da guerra civil, convulsionou o povo, ameaçou e pôs em sobressalto a família brasileira (Gazeta da Bahia, 1979, p. 1).

Cerne das revoltas regenciais e da desordem política e social no império, o Partido Liberal é representado como a causa eficiente dos problemas que assolavam o Brasil numa perspectiva de longa duração. Contra as revoltas que manifestaram tendências separatistas, a Gazeta da Bahia pressupõe, neste discurso, o resgate de um contexto marcado pela formação da identidade nacional, como foi o contexto pós-guerra do Paraguai, que segundo José Murilo de Carvalho (2002, p. 78) teria sido “o principal fator de produção de identidade brasileira, uma vez que “foram as lutas contra inimigos estrangeiros que criaram alguma identidade”. Aliás, foi a partir deste período que “a imprensa começou também a tentar criar os primeiros heróis militares nacionais. Até então, o Brasil era um país sem heróis” (Carvalho, 2002, p. 78). Na edição 201, publicada em 6 de setembro, a Gazeta da Bahia demanda este heroísmo, quando se coloca contra o diretor geral da instrução pública da Bahia, que se revolta contra o baixo salário pago aos professores pela província da Bahia. No fato em questão, o amor à Pátria é usado para evitar sedições no corpo político da monarquia, mais precisamente, para impedir o nascimento de uma revolta contra a província, passível de ser operada pelos mestres da infância:

Fiquem certos os mestres primários que nossa vida inteira pertence à pátria, e

que a honra suprema para cada um de seus filhos, qualquer que seja o grau que ocupe na escala social, é servir nobremente a essa mesma pátria, é cair valentemente por ela [...]. Não se esqueçam de que esses milhares de brasileiros que, na guerra do Paraguai, durante cinco anos, sem olhar para os perigos, marcharam intrepidamente contra os inimigos, [...] não sentiram nunca o gelo do desgosto [...] quando não receberam esses soldos (Gazeta da Bahia, 1879, p. 1).

Com efeito, não estava no horizonte da Gazeta da Bahia uma reforma favorável ao melhoramento das condições de trabalho da classe que exercia o ofício de educar as crianças desta província, mas uma política cuja reforma estivesse alinhada com os interesses do programa conservador, do partido da ordem, da escravidão, do sentimento nacional. Ao utilizar a história recente do país como mestra da vida, a Gazeta da Bahia pretende dissuadir qualquer sentimento que possa abalar a unidade da nação, sendo bem coerente com seus princípios quando emula os brasileiros que atuaram na guerra contra o Paraguai, os quais, mesmo “quando até lhes faltou o alimento quotidiano, foram sempre os mesmos, sempre grandes, sempre heróis” (Gazeta da Bahia, 1879, p. 1). Nesse sentido, as reformas propostas por liberais são figuradas como comprometedoras da unidade do Estado-nação.

Em seu livro “O poder do atraso: por uma sociologia da história lenta”, o sociólogo José de Sousa Martins faz alusão ao que ele denomina de “larga tradição histórica” e assevera de forma peremptória que, no Brasil, “as grandes reformas sociais, como a abolição da escravatura, foram propostas pelos representantes do pensamento radical, os liberais, mas postas em prática pelos conservadores”; ou como a proclamação da República, proposta pelos radicais da época e consumada, contra eles, pelos militares”. Com efeito, ainda no artigo que integra a décima terceira edição de 1879, a Gazeta denuncia o descaso dos liberais com as reformas que poderiam concretizar a modernização social do Brasil. O ministério vigente teria omitido a necessidade destas reformas sociais em nome da bandeira da liberdade política, que constituía o símbolo máximo dos seus princípios¹⁰. Eis o que destaca o jornal (Gazeta da Bahia, 1879, p. 1):

o partido que calou baionetas para conseguir maiorias no parlamento, que renegou o lábaro em que se inscreviam inúmeras reformas com a palinódia entoada d’um futuro de glórias, para cingir-se ao mesquinho programa – auxílio à grande prosperidade e liberdade política, como si fosse possível consolidar-se aquilo que não existe, arriscou-se desde então, por tudo isto, a

¹⁰ Numa passagem que evidencia uma perspectiva divergente da Gazeta da Bahia, presente numa biografia escrita sobre Sinimbu, Craveiro Costa (1937, p. 213) cita o seu questionamento contra esse costume de no Brasil os conservadores colherem as ideias lançadas pelo programa liberal: “nem mesmo se pode admitir a existência de um sistema político representativo, com dois partidos organizados, um com os duros encargos do amanhã da terra e do plantio da boa semente, outro com as vantagens da colheita e do aproveitamento do suor alheio, como disse Sinimbu”.

um aniquilamento fatal, porem logico e fértil em lições praticas.

Na leitura da Gazeta da Bahia, os liberais estavam na contramão de um programa que seria capaz de colocar o Brasil nos trilhos da modernidade. Se “por má trilha conduzia o destino à situação”, era incompreensível e absurdo o programa dos liberais tendo em vista as “necessidades sociais e os suplícios da pequena lavoura”. Além disso, o ataque da Gazeta aos liberais também era referente, como citado acima, ao controle que estes exerciam sobre a câmara dos deputados, destinando aos conservadores as posições no Senado e no Conselho de Estado, “de onde podiam desferir incansáveis ataques aos gabinetes” (Ribeiro, 2015, p. 12). Assim, os senadores do partido foram representados como símbolos da moral virtuosa: “ante as invasões do arbítrio e do absolutismo, inaugurado pelo governo de 5 de janeiro, tudo sacrificam os honrados senadores, para trazerem ao julgamento nacional o concurso de suas luzes e longa experiencia” (Gazeta da Bahia, 1879, p. 1).

Ao publicar um texto do Jornal do Comércio na sua edição de número 14, a Gazeta da Bahia se posta ao lado da crítica que este periódico tece contra a suspensão da câmara fluminense estabelecida pelo governo liberal, cuja ação é representada como um exemplo de indignidade administrativa. Todavia, é de suma relevância destacar que a maioria destas clivagens ideológicas e acirradas disputas em torno do poder político na monarquia brasileira foram lidas por relevantes interpretações historiográficas como “um simulacro ou ficção”, uma vez que todas as discussões sobre estas reformas “não teriam se traduzido num efetivo enfrentamento dos vícios políticos do país” (Ribeiro, 2015, p. 36), posto que a alternância das facções no poder, representadas pelos partidos políticos, dependia do beneplácito e da intervenção da coroa (Ribeiro, 2015).

Desse modo, por esta leitura, ambos os partidos lutavam pelos benefícios garantidos pelo poder centralizador do monarca¹¹, pois o império funcionava “sobre bases clientelares”, garantindo “o sucesso dos dois grandes partidos monárquicos, Conservador e Liberal, em manter a disputa entre facções sob a fachada ordeira da ficção democrática” (Ribeiro, 2015, p. 12). No entanto, a consciência sobre este processo pode ser percebida na edição da Gazeta da Bahia em análise, pela qual se evidencia o marasmo político das conciliações realizadas pelos

¹¹ Sobre o jogo político regido por monarcas nas sociedades de corte, é relevante considerar o trabalho de Nobert Elias (2001, p. 151), para o qual o monarca, “detentor do monopólio de chances pelas quais um número incomparavelmente grande de concorrentes lutava, precisava organizar e planejar em detalhe a distribuição de tais chances, cuja doação tinha simultaneamente função de prestígio e de dominação. E, junto com a organização das chances, precisava manter a sua própria organização, se não quisesse perder o domínio sobre a estrutura da sociedade”.

partidos durante a alternância do poder. Craveiro Costa (1937, p. 203), o biógrafo de Sinimbu, evidencia que “durante dez anos liberais e conservadores viveram mais ou menos confundidos, mais ou menos harmonizados”, pelo menos até 1862, quando “os elementos contrários ao gabinete de 2 de março fundaram o Liga, com a colaboração de Sinimbu”. Ao criticar a conciliação¹² que envolvia monarquistas e republicanos, conservadores e liberais, o jornal se coloca, não obstante o seu claro posicionamento ideológico, como capaz “de revelar verdades e aspectos da realidade que certos interesses políticos e econômicos prefeririam conservar ocultos” (Barros, 2023, p. 12), conforme evidenciamos na conclusão de sua advertência na edição em análise, ao se referir aos acontecimentos relativos à falta de disponibilidade orçamentária do governo para o incentivo à lavoura:

Tais acontecimentos incumbem-se de pôr em relevo a gravidade desses regimes conciliatórios, que enlaçam em um conúbio indecente monarquistas e republicanos, cuja permanência no governo tem sido a demolição, a agitação inconsiderada dos espíritos, o rancor à liberdade, sob o disfarce da democracia, o ódio aos adversários, as transações, que começam por assomos de altivez, explosões de orgulho, e terminam pela submissão a mais digna de piedade (Gazeta da Bahia, 1879, p. 1).

Como pode ser notado na citação acima, a ficção democrática da política imperial constitui objeto de representação da Gazeta da Bahia, que destaca o personalismo na política do Gabinete e do Diário Contemporâneo, sua face contraditoriamente clientelista, violenta e passional. Na décima quarta edição de 1879, na sessão “A questão da presidência da câmara municipal e o Diário da Bahia”, a Gazeta afirma que o Diário¹³, preferindo contestar o discurso na câmara do senador baiano Junqueira, reconhecido pelo zelo com o qual trata a coisa pública, é mudo e impassível perante a crítica feita pela oposição conservadora ao governo, cujo “ministério é acusado de violência, ilegalidade, e imoralidade” até pelos órgãos neutros. De forma categórica, ela sentencia: “é o contemporâneo que contravém a verdade dos fatos”, o que

¹² “A prática da conciliação não significou propriamente um conflito de idéias. Os partidos Conservador e Liberal continuaram existindo. Sem um programa elaborado, a conciliação foi mais uma aproximação de homens que de seus princípios. E uma atitude de cúpula – um acordo de cavalheiros da classe dominante com total exclusão popular” (Malerba, 1999, p. 74).

¹³ Fundado em 1 de janeiro de 1856, o diário trocou várias vezes de proprietário até que em 4 de março de 1868 foi assumido por uma sociedade anônima constituída pelos membros mais importantes do Partido Liberal baiano, sob a direção do conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas. A partir desse momento, o Diário passou a ser o porta-voz oficial dos liberais baianos até o fim do período imperial (Brito, 1996, p. 36). De acordo com Luís Anselmo da Fonseca (1887, p. 291), desde 1869, quando o Partido Liberal inscreveu no programa das reformas por que prometeu pugnar a emancipação dos escravos, - que o Diário da Bahia, tomando ao sério esse compromisso solene, defende e peleja pela causa d'esses infelizes brasileiros. Nesse sentido, as divergências com a Gazeta da Bahia são justificadas pelo posicionamento liberal deste jornal, que também assinou o pacto antiescravista do período.

demanda “retificar algumas inexatidões patenteadoras do modo como ele escreve a história contemporânea”. Por assim dizer, afetado pelo “corrilho que o festeja e do qual parece exclusivo representante”, assevera a Gazeta, o Diário não fundamenta o seu “juízo na contrariedade dos seus adversários e no procedimento do órgão conservador que fora silencioso e que era geralmente reputado o mais criterioso e o menos apaixonado” jornal. Aqui evidenciamos, portanto, que “qualquer jornal pretende convencer o seu leitor de que falar sobre a realidade e mesmo sobre a “verdade” é o seu compromisso inalienável” (Barros, 2023, p. 14).

Por esta via, longe de sua aplicabilidade prática, o pensamento liberal se apresentava sob o disfarce da liberdade, “sob o disfarce da democracia” e sob a utopia de uma modernização social. Todavia, cabe o questionamento: se “o partido conservador constituía o esteio fundamental do regime, combinando nas suas fileiras, “a elite política nacional, isto é, a alta burocracia do Estado, com o setor mais importante da elite econômica do país, representado pela grande lavoura escravista, ou os barões” (Ribeiro, 2015, p. 16), em que medida este jornal conservador em análise não representava um disfarce de “democracia” sob a crítica a este mesmo disfarce?

Para Miriam Dolhnikoff (2022, p. 88), “o governo representativo oferecia instituições no interior das quais os setores da elite poderiam negociar, se confrontar, sem colocar em risco a manutenção da ordem”. Quando tomamos como referência a posição da Gazeta da Bahia contra o gabinete liberal e contra os correligionários que se revoltaram contra o “baianismo”, não podemos deixar de considerar, além disso, que a “preferência de Pedro II pelos baianos para capitanear os ministérios, parece obedecer à capacidade destes homens de compreender as regras dos jogos políticos, dissimulando as reais intenções do monarca receoso de mudanças” (Ramos, 2022, p. 24). Nesta análise, portanto, entendemos que ao dissimular o seu disfarce de “democracia” neste jogo político, não reconhecendo os fundamentos centralizadores de uma posição conservadora que atende aos interesses de uma oligarquia, a Gazeta da Bahia produz uma representação do regime político imperial às avessas, já que, apesar de assumir inequivocamente um viés conservador, o clientelismo formalizado nos discursos que promovem a emulação dos seus aliados corresponde a uma ideologia mascarada com a bandeira da eficiência e da produtividade política programática.

Nesse sentido, considerando que “a ascensão de Sinimbu parece ter surgido de um cálculo político que envolvia uma barganha entre a coroa e o Partido Liberal” (Ribeiro, 2018, p. 260), ao passo que pressupunha a sanção de uma lei que partisse do compromisso entre os partidos dominantes daquele cenário político, a Gazeta da Bahia representou os interesses do seu programa na crítica de um ministério cuja conciliação fazia parte de um programa que

excluía a grande maioria da população do sistema representativo no Brasil, sem embargo da adoção de escolhas políticas que apadrinhavam uma elite responsável pela contraditória conservação dos fundamentos econômicos, sociais e jurídicos da escravidão.

Considerações finais

O estudo da Gazeta da Bahia foi realizado com vistas ao entendimento das representações históricas sobre as disputas políticas que marcaram o regime monárquico brasileiro. Ao partirmos do princípio segundo o qual “a história e sua expressão teórico-conceitual, que é a historiografia, constituem a principal ou pelo menos básica informação relativa ao comportamento coletivo do homem” (Prado Júnior, 2021, p. 31), e que “o grande papel e função do historiador brasileiro” é lidar com a História “com dados essenciais e imprescindíveis para o conhecimento e interpretação do presente”, visto o fato de que o Brasil de hoje “ainda se acha intimamente entrelaçado com o seu passado” (Prado Júnior, 2021, p. 31), chegamos à conclusão, respeitando os limites desta pesquisa, ou seja, o ano de 1879, de que o jornal analisado consiste em uma fonte indispensável para o reconhecimento dos problemas de longa duração que assolaram o país ao longo de seu processo político e social de autodeterminação, uma vez que ele se apresentou como instrumento de um poder político centralizado e agudo em seu estratégico trabalho de dissimulação da face autoritária, clientelista e conciliadora do regime político representado, posto que “repúblicas e monarquias constitucionais no século XIX tinham como uma de suas características serem governos cujo poder decisório era monopolizado por uma elite. Não eram governos no interior dos quais se criavam mecanismos de acesso ao poder para todos os setores da sociedade” (Dolhnikoff, 2022, p. 89).

Com efeito, considerando que os liberais não se comportavam como liberais, nem os conservadores como conservadores, a retórica dos redatores deste veículo evidencia que a Gazeta da Bahia, “um subgênero mais específico de jornalismo que já aparece descrito por Voltaire na Enciclopédia iluminista” (Barros, 2023, p. 90), investiu em questões polêmicas com uma prática jornalística opinativa e doutrinária por meio de uma linguagem fundamentada em alguns preceitos normativos da retórica clássica, demandando do historiador um olhar mais atento aos seus discursos enquanto práticas de representação que apontam para o desconcerto do sistema monárquico no período analisado como resultado de um jogo no qual os integrantes filiados ao seu partido não participaram da distribuição das cartas. Conforme verificamos nos discursos analisados, é na replicação sistemática do lugar comum retórico de que o mundo está às avessas que a Gazeta da Bahia encontra apoio para as críticas destinadas aos liberais daquela

conjuntura histórica.

Finalmente, ler estas representações significou “ler as fontes jornalísticas de um outro tempo”, ou seja, “ler nas entrelinhas, perceber os seus silêncios, os seus entreditos e interditos”, uma vez que “um historiador não vai ao jornal em busca de informações. Ele vai ao jornal de uma outra época em busca de discursos” (Barros, 2023, p. 23). Como também nos lembra Tânia Regina de Luca (2015, p. 139), “o historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa”. Eis o que este trabalho procurou fazer na pesquisa dos principais discursos da Gazeta da Bahia de 1879 referentes às clivagens políticas entre conservadores e liberais. E o resultado foi a percepção de uma representação política do império formalizada pela perspectiva de uma modernização social conservadora constituída pelos setores de uma elite responsável pela conservação dos fundamentos liberais e conservadores de uma política interessada na replicação de sua lógica beligerantemente conciliatória.

Referências

ASSIS, Machado. **Melhores crônicas**; direção de Edla Van Steen; seleção de Salete Almeida Cara. 2ª ed. – São Paulo: Global, 2006.

BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**/ José D’Assunção Barros. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRITO, Jailton Lima. **A abolição na Bahia: uma História Política – 1870 – 1888**. Dissertação apresentada com o objetivo de obter o grau de Mestre em História. UFBA. Salvador, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial**. 4ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. – 9ª ed. – São

Paulo: Editora UNESP, 2010.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil império**. 1ª ed. 5ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2022. 176 p.

ELIAS, Nobert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**; tradução, Pedro Sussekund; prefácio, Roger Chartier. – Rio de Janeiro, 2001.

FREITAS, Marcus Vinicius de. **Contradições da modernidade: o jornal Aurora brasileira (1873-1875)**. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

FONSECA, Luis Anselmo. **A escravidão, o clero e o abolicionismo**. Bahia: Imprensa econômica, 1887.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma Província no Império**. Tradução Yeda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

LIMA, Oliveira. **O império brasileiro: 1822-1889**. -São Paulo: Faro Editorial, 2021.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes impressas**. 3 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da História do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)**. – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. [coordenação Luiz Bernardo Pericás]. – 4ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

PORTELA, Manuel. **O comércio da literatura: mercado e representação**. Edições Antígona/Lisboa, 2003.

RAMOS, Itan Cruz. **Saraiva, Dantas e Cotegipe: baianismo, escravidão e os planos para o pós-abolição no Brasil (1880-1889)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, linha de pesquisa Cultura e Sociedade, como requisito final para obtenção do título de Doutor em História Social. Salvador, 2022.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. **Gazeta da Bahia**. Salvador, 8 de janeiro de 1879. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

RIBEIRO, Felipe Nicoletti. **Império das incertezas: política e partido nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Felipe Nicoletti. **A constituinte constituída: o poder moderador, o ministério**

Sinimbu e o parlamento nos antecedentes da adoção da eleição direta no império do Brasil (1878-1880). Almanak, Guarulhos, n. 20, p. 242-265, dez 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SALDANHA, Michel. **A imprensa periódica doutrinária em Minas Gerais na década de 1860.** FDC 2020, 6, 396-413.

SILVA, M. B. N. **A primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil [online].** 3ª ed. Salvador: EDUFBA, 2011. 376 p.

TAVARES, Luis Guilherme Pontes (org). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia;** prefácio de Jorge Calmon. – Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.

VIDIPÓ, George. **A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889).** In: Anais do XVII encontro de História da Anpuh-Rio, 2016.

FONTES DIGITAIS – HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>
<https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>